



**BANCO
TRICURY**

BANCO TRICURY S.A.

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente em 30 de junho de 2019 e 2018.**

Relatório da Administração

Senhores acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

São Paulo, 16 de agosto de 2019.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Tricury S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Tricury S.A.** (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Tricury S.A.** em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 22, o Banco possui operações de depósito a prazo com partes relacionadas no montante de R\$ 97.027 mil. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)
A T I V O

	2019	2018
Circulante	449.719	347.624
Disponibilidades	17	25
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	308.617	206.759
. Aplicações no mercado aberto	297.518	195.476
. Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.099	11.283
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	6.015	5.575
. Carteira própria	6.015	5.575
Relações interfinanceiras	1.369	-
. Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.369	-
Operações de crédito (nota 6)	123.596	126.729
. Setor privado	127.327	139.784
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(3.731)	(13.055)
Outros créditos	10.105	8.536
. Rendas a receber	1.700	2.347
. Diversos (nota 8)	8.405	6.189
Realizável a longo prazo	163.702	169.985
Operações de crédito (nota 6)	86.619	89.145
. Setor privado	89.440	91.021
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(2.821)	(1.876)
Outros créditos	13.988	16.593
. Diversos (nota 8)	13.988	16.593
Outros valores e bens	63.095	64.247
. Outros valores e bens (nota 9)	63.095	64.247
Permanente	304	290
Investimentos (nota 10)	-	-
. Outros investimentos	137	137
. Provisão para perdas	(137)	(137)
Imobilizado de uso	300	286
. Outras imobilizações de uso	895	803
. Depreciações acumuladas	(595)	(517)
Intangível	4	4
. Ativos intangíveis	51	48
. Amortização acumulada	(47)	(44)
Total do ativo	613.725	517.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

P A S S I V O

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante	153.761	76.216
Depósitos (nota 11)	48.563	25.846
. Depósitos à vista	14.387	18.038
. Depósitos a prazo	34.176	7.808
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 12)	96.616	34.706
. Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	96.616	34.706
Relações interdependências	129	79
. Recursos em trânsito de terceiros	129	79
Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais (nota 13)	2.897	7.684
. Tesouro Nacional	2.666	7.398
. Outras instituições	231	286
Outras obrigações	5.556	7.901
. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	85	357
. Fiscais e previdenciárias (nota 14)	3.911	5.551
. Diversas (nota 15)	1.560	1.993
Exigível a longo prazo	239.996	228.861
Depósitos (nota 11)	170.808	134.274
. Depósitos a prazo	170.808	134.274
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 12)	69.188	94.587
. Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	69.188	94.587
Resultados de exercícios futuros	635	956
Resultados de exercícios futuros	635	956
Patrimônio líquido (nota 23)	219.333	211.866
. Capital:		
. De domiciliados no País	189.000	159.397
. Reservas de lucros	28.567	49.967
. Lucros acumulados	1.766	2.502
Total do passivo	613.725	517.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	31.022	33.708
. Operações de crédito	22.459	25.992
. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.563	7.716
Despesas da intermediação financeira	(10.092)	(15.302)
. Operações de captação no mercado	(10.328)	(9.691)
. Reversão/(provisão) para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	236	(5.611)
Resultado bruto da intermediação financeira	20.930	18.406
Outras receitas/despesas operacionais	(10.443)	(9.186)
. Receitas de prestação de serviços	245	195
. Rendas de tarifas bancárias	115	97
. Despesas de pessoal (nota 17)	(5.200)	(5.191)
. Outras despesas administrativas (nota 18)	(3.102)	(2.889)
. Despesas tributárias	(1.275)	(1.782)
. Outras receitas operacionais (nota 20)	60	611
. Outras despesas operacionais	(1.286)	(227)
Resultado operacional	10.487	9.220
Resultado não operacional	2.438	3.272
Resultado antes da tributação sobre o lucro	12.925	12.492
Imposto de renda e contribuição social (nota 19)	(2.318)	(2.511)
. Provisão para imposto de renda	(1.387)	(2.235)
. Provisão para contribuição social	(840)	(1.797)
. Ativo fiscal diferido	(91)	1.521
Lucro líquido do semestre	10.607	9.981
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	27,44	25,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Ajustes de avali- ação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
1o. Semestre de 2018						
Saldos em 31 de dezembro de 2017	159.397	4.478	46.324	1	-	210.200
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	9.981	9.981
Destinações:						
Reserva legal	-	499	-	-	(499)	-
Dividendos (R\$ 3,45 por lote de mil ações)	-	-	(1.334)	-	-	(1.334)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(6.980)	(6.980)
Saldos em 30 de junho de 2018	159.397	4.977	44.990	-	2.502	211.866
Mutações do 1o. semestre de 2018	-	499	(1.334)	(1)	2.502	1.666
1o. Semestre de 2019						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	189.000	1.183	26.854	-	-	217.037
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	10.607	10.607
Destinações:						
Reserva legal	-	530	-	-	(530)	-
Dividendos (R\$ 3,13 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(1.211)	(1.211)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(7.100)	(7.100)
Saldos em 30 de junho de 2019	189.000	1.713	26.854	-	1.766	219.333
Mutações do 1o. semestre de 2019	-	530	-	-	1.766	2.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do semestre	10.607	9.981
Depreciações e amortizações	36	34
Provisão/(reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(236)	5.611
Ajustes ao valor de mercado	-	(1)
Lucro líquido ajustado do semestre	10.407	15.625
Redução em títulos e valores mobiliários	-	8.666
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	(11.283)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(1.369)	-
(Aumento)/redução em operações de crédito	8.208	(30.235)
(Aumento)/redução em outros créditos	(1.704)	3.040
(Aumento)/redução em outros valores e bens	1.523	(2.285)
Aumento/(redução) em depósitos	45.455	(1.105)
Aumento/(redução) em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e	2.615	(3.290)
Aumento/(redução) em relações interdependências	57	(83)
(Redução) em obrigações por repasses	(2.455)	(3.411)
(Redução) em outras obrigações	(2.108)	(5.036)
Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros	(147)	918
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais	50.075	(44.104)
Aquisição de imobilizado de uso	(70)	(210)
Aquisição de intangível	(3)	-
Venda de imobilizado de uso	-	22
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(73)	(188)
Dividendos pagos	(1.211)	(1.334)
Juros sobre o capital próprio	(7.100)	(6.980)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(8.311)	(8.314)
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	52.098	(36.981)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	262.551	238.057
No fim do semestre	314.649	201.076
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	52.098	(36.981)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Tricury S.A. (“Banco”) transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019 foram aprovadas pela Administração em 16 de agosto de 2019.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco

Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.604/08 e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2.3. Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a. Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- b. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de “ajustes de avaliação patrimonial”; e
- c. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

2.2.4. Operações de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados “pro rata dia” e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

2.2.5. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à

operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

2.2.6. Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

2.2.7. Créditos tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “Outros créditos - diversos” com reflexo no resultado do período.

2.2.8. Redução do valor recuperável de ativos

A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.9. Depósitos a prazo e interfinanceiros e recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia”.

2.2.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.535/08, e na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

a. Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2019;

b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

c. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.11. Provisão para garantias financeiras prestadas

A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016.

2.2.12. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

2.2.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

2.2.14. Resultado por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

2.2.15. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	17	25
Aplicações interfinanceiras de liquidez	308.617	195.476
Títulos e valores mobiliários	6.015	5.575
Caixa e equivalentes de caixa	<u>314.649</u>	<u>201.076</u>

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez correspondem a aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses, e estão compostos como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
- Letras Financeiras do Tesouro	-	20.023
- Letras do Tesouro Nacional	277.496	175.453
- Notas do Tesouro Nacional	20.022	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas	11.099	11.283
Total	<u>308.617</u>	<u>206.759</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são livres e correspondem a cotas do fundo de investimentos Safra Absoluto 30 FIC Multimercado, classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Durante o semestre não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre outras categorias evidenciadas pela Nota Explicativa 2.2.3.

6. Operações de crédito

A composição da carteira de crédito é demonstrada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
a) Por tipo de operações		
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados	127.327	139.784
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.731)</u>	<u>(13.055)</u>
	123.596	126.729
Realizável a longo prazo		
Empréstimos e títulos descontados	89.440	91.021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.821)</u>	<u>(1.876)</u>
	86.619	89.145
Total	<u>210.215</u>	<u>215.874</u>
b) Por atividade econômica		
Setor privado		
Indústria	24.250	43.706
Comércio	17.645	22.519
Serviços	142.870	124.887
Pessoas físicas	<u>32.002</u>	<u>39.693</u>
Total	<u>216.767</u>	<u>230.805</u>
c) Por faixa de vencimento		
A vencer		
De 1 a 180 dias	67.469	82.999
De 181 a 365 dias	56.878	45.637
Acima de 365 dias	<u>89.440</u>	<u>91.021</u>
	<u>213.787</u>	<u>219.657</u>
Vencidas		
De 1 a 30 dias	918	801
De 31 a 90 dias	1.533	1.845
De 91 a 180 dias	369	3.187
De 181 a 365 dias	<u>160</u>	<u>5.315</u>
	<u>2.980</u>	<u>11.148</u>
Total	<u>216.767</u>	<u>230.805</u>

7. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do semestre	9.083	14.078
Provisão constituída/(reversão)	(236)	5.611
Valores baixados para prejuízo	<u>(2.295)</u>	<u>(4.758)</u>
Saldo no fim do semestre	<u>6.552</u>	<u>14.931</u>

Durante o semestre as recuperações por recebimento das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como “Receitas de operações de crédito” no valor de R\$ 100 (R\$ 3.011 em 2018).

A posição da carteira de operações de crédito por níveis de risco e a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa correspondente, é a seguir demonstrada:

Nível de risco	Percentual de provisão	Posição da carteira		Provisão constituída	
		<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
AA	0,00	11.055	6.685	-	-
A	0,50	53.062	77.310	265	386
B	1,00	79.153	70.191	792	702
C	3,00	57.775	46.547	1.733	1.396
D	10,00	13.261	14.630	1.326	1.463
E	30,00	-	4.842	-	1.453
F	50,00	-	-	-	-
G	70,00	83	3.565	58	2.496
H	100,00	2.378	7.035	2.378	7.035
Total		<u>216.767</u>	<u>230.805</u>	<u>6.552</u>	<u>14.931</u>

8. Outros créditos – diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Créditos tributários (a)	4.988	10.152
Devedores por depósitos em garantia (b)	3.246	5.402
Impostos e contribuições a compensar	1.078	1.421
Créditos a receber (c)	12.821	5.543
Outros créditos	260	264
Total	<u>22.393</u>	<u>22.782</u>
Ativo circulante	8.405	6.189
Ativo realizável a longo prazo	13.988	16.593

(a) Os créditos de imposto de renda e contribuição social serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis. A previsão de realização dos créditos tributários é estimada em 45% no 1º ano e 55% nos próximos 2 anos. O valor presente desses créditos tributários, calculado com base na taxa de captação (CDI) equivale a R\$ 4.604.

- (b) Referem-se basicamente a depósitos judiciais para garantia de processos fiscais.
- (c) Os créditos a receber correspondem substancialmente à venda de bens não de uso próprio, anteriormente registrados em “Outros valores e bens”.

9. Outros valores e bens

Refere-se a imóveis no montante de R\$ 62.445 e outros bens no montante de R\$ 650, não de uso próprio, recebidos em dação de pagamento.

10 Investimentos

Refere-se a certificado em Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR

11. Depósitos

A composição da carteira de depósitos está classificada como segue:

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo	
	2019	2018	2019	2018
Pessoa jurídica	14.201	14.916	133.340	56.501
Pessoa física	186	3.122	62.529	80.205
Instituições financeiras	-	-	3.038	4.558
Investidores institucionais	-	-	6.077	818
Total	14.387	18.038	204.984	142.082
Passivo circulante	14.387	18.038	34.176	7.808
Passivo exigível a longo prazo	-	-	170.808	134.274

12. Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são a seguir demonstrados:

	Letras de crédito imobiliário	
	2019	2018
Pessoa física	112.148	80.271
Instituições financeiras	53.656	49.022
Total	165.804	129.293
Passivo circulante	96.616	34.706
Passivo exigível a longo prazo	69.188	94.587

13. Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais

As obrigações por repasses do país no montante de R\$ 2.897 (R\$ 7.684 em 2018) referem-se a recursos a repassar do Programa Minha Casa Minha Vida.

14. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão de IRPJ e CSLL	2.227	4.032
Impostos e contribuições a recolher	<u>1.684</u>	<u>1.519</u>
Total	<u>3.911</u>	<u>5.551</u>
Passivo circulante	3.911	5.551
Passivo exigível a longo prazo	-	-

15. Outras obrigações - diversas

O saldo da rubrica de “Outras obrigações - diversas” no montante de R\$ 1.560 (R\$ 1.993 em 2018) refere-se basicamente a provisão para pagamentos com despesas de pessoal e outras despesas administrativas no montante de R\$ 946 (R\$ 991 em 2018), provisões para contingências e garantias prestadas no montante de R\$ 538 (R\$ 509 em 2018) e outros credores no montante de R\$ 76 (R\$ 405 em 2018).

Provisão para demandas judiciais

O Banco, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza fiscal, legal e cível. As provisões decorrentes destes processos são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão deverá ser revertida. As provisões estão registradas na rubrica “Diversas”.

A classificação das demandas judiciais, efetuada pelos nossos assessores jurídicos, é a seguir demonstrada:

Matéria	Perda provável		Perda possível	
	valor	qtde	valor	qtde
Processos cíveis	198	3	22.773	67
Processos trabalhistas	10	1	-	-
Processos fiscais	50	1	190	1
total	258	5	22.963	68

A

composição e movimentação dos passivos contingentes é a seguir demonstrada:

Matéria	31/12/2018	Adição	Baixa	30/06/2019
Cível	182	16	-	198
Trabalhista	9	1	-	10
Tributária	236	4	-	240
Total	427	21	-	448

16. Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas e a provisão correspondente são a seguir demonstradas:

Nível de risco	Percentual de provisão	Valor garantido		Provisão constituída	
		2019	2018	2019	2018
AA	0,00	4.183	-	-	-
A	0,50	17.002	19.132	85	95
B	1,00	508	370	5	4
Total		21.693	19.502	90	99

17. Despesas de pessoal

	2019	2018
Proventos	3.020	2.948
Encargos sociais	954	1.034
Benefícios	678	666
Outros	548	543
Total	5.200	5.191

18. Outras despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aluguéis e condomínio	701	717
Processamento de dados	363	314
Serviços do sistema financeiro	319	314
Serviços técnicos especializados	1.138	939
Outras	581	605
Total	<u>3.102</u>	<u>2.889</u>

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Apuração de Imposto de Renda /Contribuição Social no semestre		
Resultado do semestre antes da tributação sobre o lucro	12.925	12.492
Despesa de juros sobre o capital próprio	(7.100)	(6.980)
Adições	21	5.714
Exclusões	248	2.239
Apuração do lucro real	5.598	8.987
Encargos a alíquota de 15% de Imposto de Renda	(840)	(1.348)
Adicional de 10% de Imposto de Renda	(547)	(887)
Encargos de Contribuição Social (nota 2.2.13)	(840)	(1.797)
Ativo fiscal diferido	(91)	1.521
Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(2.318)</u>	<u>(2.511)</u>

20. Outras receitas operacionais

O saldo da rubrica “Outras receitas operacionais” no montante de R\$ 60 (R\$ 611 em 2018) refere-se a variação monetária ativa no montante de R\$ 49 (R\$ 558 em 2018) e reversão de provisão no montante de R\$ 11 (R\$ 53 em 2018).

21. Resultado não operacional

Refere-se basicamente ao resultado obtido na alienação dos bens não de uso registrados em Outros Valores e Bens.

22. Transação com partes relacionadas

O Banco e suas empresas coligadas mantêm transações entre si, e são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/2009.

As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos. Os saldos destas transações são a seguir demonstrados:

	Passivo				Despesas	
	Relações interdependências		Depósitos a prazo		Despesa de captação	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
OMEGA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIP.LTDA	19	13	3.165	8.885	156	212
JSGJ PARTICIPAÇÕES LTDA	40	14	624	316	10	9
TRICURY ARMAZÉNS LTDA	55	26	10.138	8.472	153	202
J TAVORA EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	1.912	2.401	25	55
TRICURY CONSTRUÇÕES E PARTICIP. LTDA	-	-	36.617	14.098	956	1.258
YAMAGATA EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	-	-	-	-	-	7
NECTANDRA EMPREEND.IMOB.LTDA	-	7	-	-	-	-
TRISUL SA	9	9	-	-	-	-
MIURA EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	6	10	211	-	1	-
TRISUL MUTISIA EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	7.191	-	189	-
TRISUL CELASTRUS EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	6.844	-	128	-
TRISUL PRADOSIA EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	6.365	-	222	-
BEIRUTE EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	6.335	-	35	-
NICOLAU EMPREENDIMENTOS IMOB.SA	-	-	6.325	-	185	-
TRISUL ANTHRISCUS EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	-	-	88	-
TRISUL ARTEMISIA EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	-	-	26	-
ANJAR EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	-	-	36	-
MAGERE EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	-	-	18	-
TRISUL ACORUS EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	5.489	-	169	-
ZARA EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	3.435	-	35	-
TRISUL 4 EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	-	-	2.376	-	27	-
Total	129	79	97.027	34.172	2.459	1.743

Remuneração dos administradores

Os administradores do Banco são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime CLT e estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do semestre.

O salário atribuído no período ao pessoal chave da Administração corresponde a R\$ 360 (R\$ 358 em 2018).

O Banco não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e Administração.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social é representado por 386.552.410 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (386.552.410 em 2018).

b) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando a disposição da Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o Banco realizou distribuição de dividendos que totalizaram R\$ 1.211 (R\$ 1.334 em 2018).

24. Outras informações

a) Acordo de Basileia – limite operacional

O Banco encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido requeridos pela Resolução CMN nº 2.099/94 que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II), cuja apuração do Patrimônio de referência e do Patrimônio de referência exigido foram alteradas pelas Resoluções CMN nºs 4.192/13 e 4.193/13. O índice de Basileia Amplo do Banco corresponde a 40,57% (45,39% em 2018).

b) Gestão de riscos

i) Gestão de risco de mercado: relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados. Para atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 3.464/07 foi implantada no Banco uma estrutura específica para gerenciamento dos riscos de mercado e de suas operações, aprovada pela Diretoria.

ii) Gestão de risco operacional: para atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 3.380/06 foi implementada no Banco uma estrutura específica para gerenciamento dos riscos nas atividades operacionais, aprovada pela Diretoria.

iii) Gestão de risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. Para atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 3.721/09 foi implementada no Banco uma estrutura específica para gerenciamento dos riscos de crédito, aprovada pela Diretoria.

iv) Gestão de risco de liquidez: relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco em obter recursos para honrar seus compromissos.

v) Gestão de capital: processo contínuo de avaliação da suficiência de capital frente aos riscos assumidos, buscando a manutenção em níveis sempre adequados. Para atendimento à Resolução CMN nº 3.988/11 foi implantada uma estrutura específica para gerenciamento do capital envolvendo diretoria, gerência de negócios, riscos e compliance, contabilidade e com apoio da auditoria interna.

vi) Instrumentos financeiros: o Banco mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

O Banco não possui posições ou transações com instrumentos financeiros derivativos a serem informadas.

As informações relativas à gestão de riscos, ao Patrimônio de referência exigido (PRE), de que trata a Resolução CMN nº 4.193/13, à adequação do Patrimônio de referência (PR), definido nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, as informações referentes a Razão de Alavancagem e o valor da Parcela Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal encontram-se à disposição dos interessados em nosso sítio institucional www.bancotricury.com.br, conforme disposições publicadas nas Circulares nº 3.477/09, 3.678/13 e 3.768/15 do BACEN.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração do Banco, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.